

DESEMPREGO, SUBUTILIZAÇÃO, RENDIMENTO E INFORMALIDADE DA FORÇA DE TRABALHO NA REGIÃO NORDESTE: 2012-2018

João de Souza Gonçalves¹

RESUMO: O objetivo principal do trabalho foi avaliar a evolução do mercado de trabalho na região Nordeste no período 2012-2018. Os principais resultados encontrados mostram que a região Nordeste apresentou a maior taxa de desocupação e de subutilização da força de trabalho, o menor rendimento do trabalho, a segunda maior taxa de informalidade, e, em geral, a pior distribuição de renda do país. Sendo que as taxas de desocupação, de subutilização da força de trabalho e de informalidade são muito superiores e os rendimentos bem inferiores que a média do país. Constatou-se para os estados da região Nordeste uma relação direta entre o grau de formalização do trabalho e rendimentos. No período 2012-2014, houve uma melhora nos indicadores do mercado de trabalho, entretanto, no período 2015-2018, houve um retrocesso.

Palavras-chave: Desemprego; Subutilização; Formalização; Rendimentos.

UNEMPLOYMENT, UNDERUSE, INCOME AND INFORMALITY OF THE WORKFORCE IN THE NORTHEAST REGION: 2012-2018

ABSTRACT: The main objective of the work was to evaluate the evolution of the labor market in the Northeast region in the period 2012-2018. The main results found show that the Northeast region had the highest rate of unemployment and underutilization of the workforce, the lowest income from work, the second highest rate of informality, and, in general, the worst income distribution in the country. Unemployment, underutilization of the workforce and informality rates are much higher and incomes are much lower than the country's average. In the Northeast states, a direct relationship was found between the degree of formalization of labor and income. In the 2012-2014 period, there was an improvement in the labor market indicators, however, in the 2015-2018 period, there was a setback.

Keywords: Unemployment; Underutilization; Formalization; Income.

1. INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho do Brasil, assim como de grande parte dos países subdesenvolvidos, é caracterizado por níveis baixos de remuneração do trabalho,

¹ Graduação em Economia (PUC-SP) Mestre em Administração Pública (EAESP-FGV)

muita desigualdade entre os rendimentos dos grupos de trabalhadores em função da cor ou raça, sexo, grau de instrução e faixa etária, substancial taxa de informalidade e de rotatividade do trabalho, muita heterogeneidade entre os setores econômicos e empresas, com segmentos modernos e outros tradicionais, que geram concentração de renda (IBGE, 2021a). Em termos regionais, o país apresenta grande disparidade entre a distribuição da produção econômica e população, que tem raízes históricas. As regiões Sul e Sudeste do país concentram a maior parte da produção e riqueza, uma renda per capita mais elevada e melhores indicadores sociais e de distribuição de renda. Por outro lado, as regiões Norte e Nordeste concentram a maior parte da população pobre e em extrema pobreza do país, piores indicadores sociais e têm uma renda mais concentrada.

O objetivo principal do trabalho é avaliar a evolução do mercado de trabalho na região Nordeste no período 2012-2018, considerando as variáveis taxa de desocupação, taxa composta de subutilização da força de trabalho, rendimentos reais, taxa de formalização e a distribuição de renda, por meio do índice de Gini. São objetivos secundários comparar, de forma sintética, a evolução do mercado de trabalho do país com o das cinco regiões que o compõem e sintetizar as mudanças ocorridas no mercado de trabalho no período 2000-2011.

Além desta Introdução, o trabalho está dividido em quatro partes. Na primeira, apresenta-se a metodologia empregada. Na segunda, faz-se um breve histórico da evolução econômica da região Nordeste, enfatizando a estrutura produtiva. Na terceira, apresenta-se os resultados dos principais indicadores do mercado de trabalho no período 2012-2018, para os estados da região Nordeste, para a região Nordeste e para o Brasil, visando compará-los. Na quarta e última seção, apresentam-se as conclusões e as considerações finais.

2. METODOLOGIA

O artigo é classificado como um estudo comparativo descritivo. A principal fonte de dados foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio dos dados compilados na *Síntese dos Indicadores Sociais - 2021*, também do IBGE. Utiliza-se dados para o período 2012-2018 e partiu-se de 2012 por ser o ano de início da PNADC, que substituiu a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) e a Pesquisa Nacional por Amostra

de Domicílios (PNAD). A pesquisa se baseia nas informações da semana imediatamente à entrevista, investigando as pessoas com 14 anos ou mais.

Utilizaram-se na pesquisa os dados da população ocupada, população desocupada, força de trabalho, taxa de desocupação, taxa composta de subutilização da força de trabalho, taxa de formalização do trabalho, rendimento médio real do trabalho principal habitualmente recebido e do índice de Gini. Os dados são apresentados em bases anuais para o Brasil e as cinco regiões do país, sendo que os da região Nordeste foram desagregados para os nove estados que a compõe: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Utilizou-se como referências na revisão bibliográfica os trabalhos de Araujo (2014), Carvalho (2018), Colombo e Ferreira (2019), Coutinho (2014), Guimarães Neto (2014), IBGE (2020), IBGE (2021), Melo (2014), Monteiro Neto (2014), Oreiro e De Paula (2021), Pereira (2015), Siffert Filho et al. (2014) e Silva e Pereira (2013).

3. BREVE HISTÓRICO DA REGIÃO NORDESTE

A economia do Nordeste é caracterizada por três fases até os anos 1980. A primeira é referente ao *isolamento relativo*, quando praticamente não existia relação com as demais regiões, sendo a dinâmica econômica dada pela demanda externa. A segunda é a da *articulação comercial*, quando ocorre a crise no setor exportador nordestino, o mercado interno passa a ser protagonista do crescimento econômico do país e o centro dinâmico é deslocado do Nordeste para o Sudeste, fazendo com que aumentasse o hiato entre o desenvolvimento das regiões. A terceira é a da *integração produtiva*, de meados dos anos 1950 até a década de 1980, quando ocorre a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), uma nova divisão regional do trabalho e a transferência de capital produtivo do Sudeste para o Nordeste, com o desenvolvimento da região sendo capitaneado, principalmente, pela indústria e, na sequência, pelo setor serviços (SILVA e PEREIRA, 2013).

Entre 1974 e 2010 a economia do Nordeste cresceu mais do que a economia brasileira, gerando um processo de desconcentração regional da produção. No período 1974-1985, a economia do Nordeste e a do Brasil cresceram, em média ao ano (a.a.), 6% e 4,3%, no período 1986-1999, 2,1% e 1,8%, no período 2000-2010, 4% e 3,4%, respectivamente (GUIMARÃES NETO, 2014).

No primeiro período 1974-1985, ocorreu a implantação do II Plano Nacional de Desenvolvimento em um contexto de desaceleração do crescimento da economia brasileira e de crise mundial, seguida do período da crise fiscal e financeira do Estado e aumento do endividamento externo (GUIMARÃES NETO, 2014).

O segundo período, 1986-1999, é caracterizado pela crise financeira do setor público e da dívida externa, aumento da inflação, planos de combate à inflação (Cruzado 1 e 2, Bresser, Verão e Real), propostas de desregulamentação da economia, privatização de empresas estatais, abertura comercial e econômica e processo de reestruturação produtiva, que resultaram em baixo crescimento econômico com reflexos no mercado de trabalho.

Houve aumento da precarização do trabalho, aumento da informalidade e da taxa de desemprego, expansão dos trabalhadores por conta própria e queda nos rendimentos (GUIMARÃES NETO, 2014). Assim na década de 1990 a preocupação do governo federal foi com o controle da inflação e captação de recursos externos para garantir a estabilidade monetária, com a prática de políticas monetária e fiscal ortodoxas e de sobrevalorização cambial, inexistindo políticas industrial, de emprego, de renda, sociais e de desenvolvimento regional (PEREIRA, 2015).

Nos anos 2000, começa um processo de recuperação da economia, em que as taxas de crescimento econômico no período 2000-2010, de 3,4% em média a.a., praticamente dobraram em relação ao período anterior, 1986-1999 (1,8% em média a.a.). A partir de 2004, houve a consolidação da aceleração do crescimento econômico. De 2004 a 2010, a economia brasileira cresceu em média 4,3% a.a. e a economia do Nordeste, 4,7% a.a., reduzindo um pouco o hiato do desenvolvimento entre a região Nordeste e as regiões Sul e Sudeste e gerando um processo de convergência da renda entre as regiões e de retroalimentação.

A aceleração do crescimento deveu-se à estabilização dos preços, ao aumento dos investimentos públicos e privados, à expansão do crédito e da bancarização, ao aumento real do salário mínimo, às políticas de transferência de renda e ao crescimento da economia mundial, particularmente da China, grande importadora de *commodities* do Brasil. A melhora na distribuição de renda e o aumento do consumo das classes de menor poder aquisitivo tiveram papel importante na recuperação das economias brasileira e nordestina, impactando positivamente o mercado de trabalho com aumento da formalização do trabalho, aumento do nível de ocupação e crescimento dos rendimentos reais, diferentemente do ocorrido no período 1986-1999

(ARAUJO, 2014; COUTINHO, 2014; GUIMARÃES NETO, 2014; MELO, 2014; SIFFERT FILHO, 2014).

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) teve papel importante no fornecimento de crédito para a região Nordeste, financiando projetos nas áreas de infraestrutura e logística, como a ferrovia Nova Transnordestina, modernização da infraestrutura rodoviária, expansão de portos e aeroportos, criação de parques de energia eólica e investimentos nos segmentos automobilístico, siderúrgico, de papel e celulose, refinaria, petroquímica, fertilizantes, farmacêutica, cimento e cerâmica. A região Nordeste recebeu 28% dos recursos do BNDES no período 2009-2013 e entre 2007 e 2013 os recursos para a região quintuplicaram (COUTINHO, 2014).

No período 2000-2010, a população ocupada no Nordeste cresceu em média 2,4% a.a., o rendimento do pessoal ocupado, 2,5% a.a., resultando no aumento de 5% da massa de rendimento do pessoal ocupado. A melhora do mercado de trabalho propiciou uma queda absoluta de cerca de 800 mil pessoas no número de desocupados, que passou de 3,1 milhões em 2000 para 2,3 milhões em 2010. Embora, no período 2000-2010, a taxa de crescimento do pessoal ocupado no Nordeste (2,4% a.a.) foi menor que a registrada no Brasil (2,8% a.a.), o crescimento da renda no Nordeste (2,5% a.a.) foi bem maior que o registrado para o país como um todo (1,1% a.a.). A melhora no nível de ocupação da região Nordeste ocorreu simultaneamente a melhora na ocupação do país e no caso de rendimento, como o salário mínimo tem uma importância maior na região Nordeste do que na região Centro-Sul, o aumento do salário mínimo real contribuiu para a melhora mais acentuada do mercado de trabalho, aumento do consumo e das condições de vida da população nordestina (GUIMARÃES NETO, 2014).

Conforme classificação adotada por Guimarães Neto (2014), no período 2000-2010, o trabalho formal expandiu-se a taxa de 4,8% a.a. na região Nordeste, exatamente o dobro da expansão da ocupação em geral (2,4% a.a.), fazendo com que a taxa de formalidade da região, que foi de 32,4% em 2000, tivesse um significativo incremento, passando para 40,6% em 2010. Já o emprego com carteira assinada aumentou a taxa de 5,5% a.a. Entretanto, embora tenha havido uma melhora significativa na taxa de formalização do mercado de trabalho, havia ainda, em 2010, quase 60% dos ocupados da região Nordeste na informalidade (COUTINHO, 2014;

GUIMARÃES NETO, 2014; MELO, 2014). Melo (2014) constatou que aumento do emprego formal no setor privado no triênio 2010-2012 em relação ao triênio 2002-2004 na região Nordeste aumentou em 76%, ficando abaixo apenas da região Norte (92%).

Como foi visto que, no período 2000-2010, o rendimento médio na região Nordeste (2,5% a.a.) aumentou em um ritmo maior que o ocorrido no país (1,1% a.a.), isto fez com que diminuísse a diferença relativa entre a renda média do Nordeste em relação à renda média do Brasil. Em 2000, o rendimento do trabalhador nordestino ocupado representava apenas 61% do rendimento médio do país, em 2010 essa participação passou para 70,3%. Assim como também aumentou a participação da região Nordeste na massa de rendimentos totais do país, que passou de 15,2% em 2000 para 17% em 2010 (GUIMARÃES NETO, 2014).

A região Nordeste, em comparação com as regiões Sul e Sudeste e com a média do Brasil, é caracterizada por ter baixos rendimentos das pessoas ocupadas e maior proporção de ocupados recebendo salário mínimo. Em 2010, 51,2% das pessoas ocupadas no Nordeste recebiam até um salário mínimo por mês, enquanto esta participação no Brasil foi de 32,7%. Como houve, ao longo da década de 2000, aumentos significativos do salário mínimo real, a região Nordeste foi mais impactada positivamente que as regiões mais desenvolvidas do país (GUIMARÃES NETO, 2014).

O Nordeste, ao concentrar a maior parte da população pobre do país, recebeu 55% dos recursos do Programa Bolsa Família, que teve uma grande expansão no período, e beneficiou, principalmente, a população dos pequenos municípios do semiárido, que concentram a pobreza rural, aliado à expansão do Benefício de Prestação Continuada dinamizaram, com isso, o comércio local, estimulando o consumo e geração de renda da região. O aumento do rendimento e do consumo incentivou o investimento privado, atraindo indústrias de alimentos e bebidas, de bens duráveis, grandes redes de supermercados e shoppings centers para a região Nordeste (ARAÚJO, 2014; MONTEIRO NETO, 2014).

Os aumentos dos rendimentos e do nível de emprego, juntamente com os programas de transferência de renda reduziram sensivelmente a pobreza extrema em todas regiões do país entre 2003 e 2009, mas essa redução foi maior nas regiões mais pobres, como a Norte e Nordeste, diminuindo o hiato destas regiões em relação às regiões mais desenvolvidas como a Sul e Sudeste (ARAÚJO, 2014).

Devido as regiões mais pobres do país terem crescido economicamente acima da média nacional, elas tiveram também um aumento, proporcionalmente, maior da arrecadação tributária. Entre 1995 e 2011, a região Nordeste aumentou a participação no total da arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do país de 12,6% para 15,4% (MELO, 2014).

No campo da educação, houve, entre 2001 e 2010, avanços na região Nordeste assim como no país. No Nordeste, o número de anos de estudo da população ocupada passou de 4,9 anos em 2001-2002 para 7 anos em 2009-2010 e a média do Brasil, de 6,7 para 8,4 anos, respectivamente. Embora os anos de estudo no Nordeste sejam menores que a média do país, o avanço no número de anos de estudo do Nordeste (42,8%) foi, proporcionalmente, maior que o alcançado no país (25,3%) (GUIMARÃES NETO, 2014).

Ao longo dos anos 2000 foram desenvolvidos programas governamentais visando diminuir a participação dos jovens e crianças no mercado de trabalho e aumentar a participação deste grupo nas escolas. Esses programas alcançaram resultados positivos na região Nordeste, fazendo com que a participação de jovens de 10 a 14 anos ocupados no total de ocupados no mercado de trabalho diminuísse de 3% em 2000 para 1,9% em 2010, e para os de 15 a 19 anos, de 10,2% em 2000 para 6,5% em 2010. Somando-se essas duas faixas etárias, o contingente diminuiu de 2,16 milhões em 2000 para 1,75 milhão em 2010, portanto, diminui em 410 mil o número de jovens no mercado de trabalho, mas ainda, em 2010, havia um número significativo de jovens trabalhando.

Por outro lado, para os ocupados a partir dos 20 anos a taxa de crescimento foi positiva e crescente, aumentando a participação relativa dessas outras faixas etárias no total dos ocupados, assim como o seu valor absoluto. Essa melhora na distribuição das pessoas ocupadas deve-se às mudanças ao envelhecimento da população, às características da demanda do mercado de trabalho quanto à idade, à qualificação e à experiência da força de trabalho e às políticas públicas, que reduziram a participação do trabalho infantil ou juvenil. Assim os programas de erradicação do trabalho infantil, de transferência de renda, de ampliação da jornada escolar tiveram papel importante neste processo (GUIMARÃES NETO, 2014).

Houve na década de 2010 uma grande expansão das universidades federais no Brasil, priorizando as regiões menos desenvolvidas e possibilitando o acesso de

jovens ao ensino superior, sendo que várias cidades médias do Nordeste receberam campi destas universidades, dinamizando a vida cultural e comércio local. O acesso ao ensino superior privado também foi facilitado com a criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI). As regiões menos desenvolvidas do país como a Norte e Nordeste foram as que tiveram maior crescimento relativo de pessoas com nível superior. No Nordeste, a participação das pessoas com nível superior completo em relação à população passou de 14,1% em 2000 para 16,2% em 2010 (ARAÚJO, 2014).

4. O MERCADO DE TRABALHO DO BRASIL E DA REGIÃO NORDESTE NO PERÍODO 2012-2018

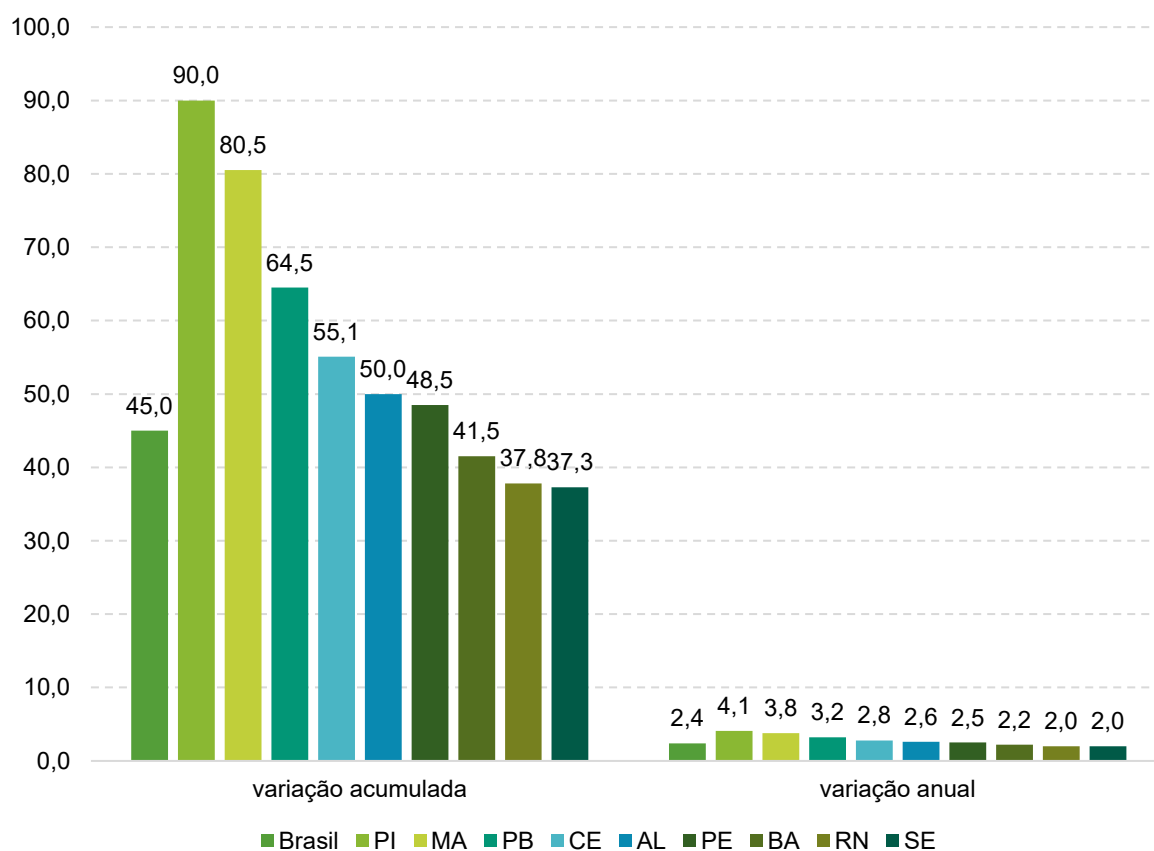
Os indicadores do mercado de trabalho, em geral, acompanham a evolução do ciclo econômico. Após o Brasil apresentar aumento do PIB real de 4,1% em média a.a. no período 2003-2011, houve uma desaceleração do crescimento econômico, com o país crescendo 1,7% em média a.a. entre 2012 e 2014. Ocorreu uma profunda crise econômica em 2015 e 2016 (-3,4% em média a.a.) e uma pequena recuperação, com baixo crescimento da atividade produtiva no período 2017-2018 (1,6% em média a.a.), se assemelhando a um processo de estagnação econômica.

O crescimento econômico no período 2012-2013 deveu-se a políticas monetária e fiscal expansivas, que aumentaram a taxa de investimento e estimularam o consumo das famílias, associadas à melhora na distribuição de renda, embora a expansão da política de desoneração tributária e de subsídios às empresas implementada à época tivesse um efeito multiplicador menor que os investimentos públicos. A crise de 2015 e 2016 deveu-se as políticas monetária e fiscal restritivas implementadas no período e a crise política decorrente do impeachment de Dilma Roussef e da operação Lava Jato.

Embora o setor externo tenha tido um comportamento positivo sobre a atividade econômica, isto foi insuficiente para compensar a queda do consumo final e do investimento. A branda recuperação econômica de 2017 e 2018 foi decorrente da política monetária mais frouxa e da retomada o consumo das famílias, sendo que o setor externo, o setor público e as reformas liberalizantes, como a previdenciária e a do Teto de Gastos do governo Temer, contribuíram negativamente para a recuperação (CARVALHO, 2018; OREIRO; DE PAULA, 2021).

As regiões menos desenvolvidas do país têm apresentado um crescimento econômico maior que a média do país. Entre 2002 e 2018, das vinte sete unidades da federação, as catorze que mais cresceram eram todas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Dos sete estados das regiões Sul e Sudeste, cinco cresceram abaixo da média nacional. No período 2002-2018, o país cresceu no acumulado 45%, com uma média anual de 2,4% ao ano.

Gráfico 1 - Variações, acumuladas e média ao ano, em volume do PIB no período 2002-2018, Brasil e estados da região Nordeste, em %



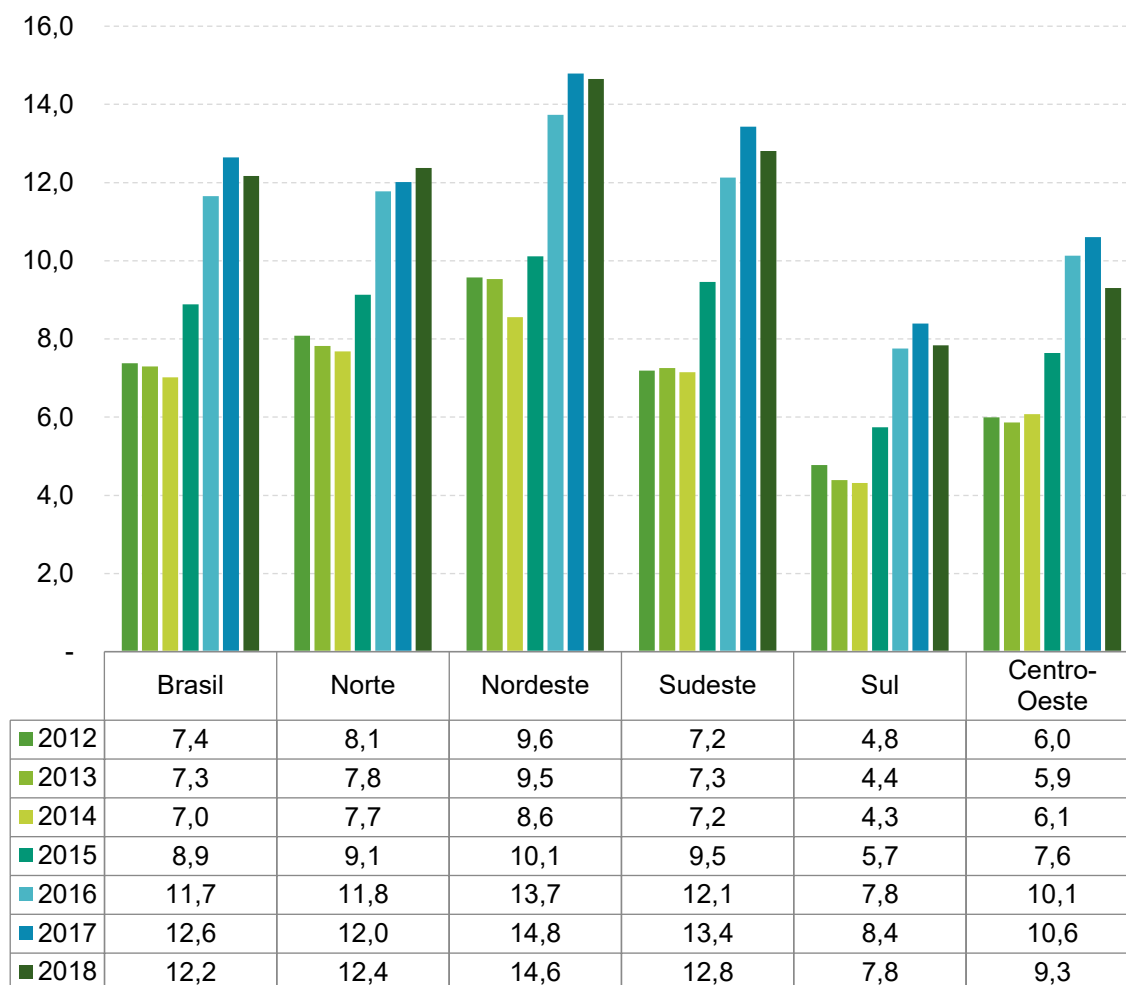
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados constantes em IBGE (2020).

Dos nove estados da região Nordeste, seis cresceram no acumulado mais que o país (Piauí, Maranhão, Paraíba, Ceará, Alagoas e Pernambuco), sendo destes cinco são os mais pobres da região, que apresentaram os menores PIBs per capita em 2018. Apenas três estados da região Nordeste cresceram abaixo da média nacional (Bahia, Rio Grande do Norte e Sergipe), conforme Gráfico 1 (IBGE, 2020).

Em 2002, a região Nordeste representava 13,1% do PIB do país e em 2018 aumentou sua participação para 14,3%, com ganho de 1,2 ponto percentual (p.p.). Em relação à população, em 2002 a região Nordeste tinha 27,9% da população brasileira

e em 2018 essa participação diminuiu para 27,2%, com redução de 0,7 p.p.. Como a região Nordeste aumentou sua participação no PIB nacional e diminuiu sua participação na população do país, portanto, houve no período uma convergência do PIB per capita da região Nordeste em relação ao PIB per capita do país, embora a região Nordeste continue apresentando o menor PIB per capita entre as regiões do país (IBGE, 2020).

Gráfico 2 - Taxa de desocupação, 2012-2018 (em %)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados constantes em IBGE (2019).

Acompanhando o crescimento econômico, a taxa de desocupação média da força de trabalho do Brasil diminuiu entre 2012 e 2014, passou de 7,4% para 7%, respectivamente. Em 2015 aumentou para 8,9% e em 2017 atinge o pico da série histórica com 12,6% e, em 2018, diminuiu para 12,2% (Gráfico 2). Assim entre 2014 e 2018, em apenas quatro anos a taxa de desocupação aumentou 5,2 pontos percentuais (p.p). As regiões Sul e Centro-Oeste apresentaram, em toda série

histórica, taxa menores que a média nacional, sendo que a Sul foi a que apresentou a menor taxa de desocupação, seguida pela região Centro-Oeste.

A região Nordeste apresentou a maior taxa de desocupação do país em todo período 2012-2018 e em segundo lugar, entre 2012 e 2014, veio a região Norte. A partir de 2015, a região Sudeste superou a região Norte, passando a ter a segunda maior taxa de desemprego do país, em decorrência de a crise econômica afetar, proporcionalmente, em termos de desemprego da força de trabalho, principalmente as regiões mais desenvolvidas, industrializadas e produtoras de serviços mais sofisticados.

A taxa de desocupação da região Nordeste apresentou comportamento semelhante ao do Brasil, com queda entre 2012 (9,6%) e 2014 (8,6%), aumento entre 2015 (10,1%) e 2017 (14,8%) e uma pequena diminuição em 2018 (14,6%), conforme a Tabela 1, portanto, entre 2014 e 2018, a taxa de desocupação da região aumentou 6 p.p.. A taxa de desocupação da região Nordeste foi em média 27,5% maior que a média do país no período 2012-2014 e de 17,5% maior no período 2015-2018, pois a crise econômica do período 2015-2018 afetou, proporcionalmente, mais o emprego das regiões mais desenvolvidas e industrializadas, como a Sudeste e a Sul. Proporcionalmente, a crise afetou menos o emprego das regiões menos industrializadas e desenvolvidas, como a Nordeste e a Norte. Nota-se que, em 2012, a região Sudeste apresentava taxa de desocupação menor que a média do país, e a partir de 2014 passou a ter taxas maiores que a média nacional, além de ser a região que conta com o maior número de população economicamente ativa.

Encontrou-se muita dispersão entre as taxas de desocupação dos estados da região Nordeste. Dos nove estados da região Nordeste, as menores taxas de desocupação, em geral, foram encontradas nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará e Paraíba, e as maiores, em Alagoas e Bahia (Tabela 1). No período 2012-2014, o estado de Pernambuco apresentava taxas de desocupação menores que a média da região Nordeste, entretanto, a partir de 2015 passa a ter taxas maiores que a média da região, denotando ter sido, proporcionalmente, mais afetado pela crise econômica. Já os estados do Rio Grande do Norte e Sergipe apresentaram comportamentos opostos, com taxas maiores que a média da região nos períodos 2012-2015 e 2012-2014, e menores no período 2016-2018 e 2015-2017, respectivamente.

Tabela 1 - Taxa de desocupação, 2012-2018 (em %)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
--	------	------	------	------	------	------	------

Brasil	7,4	7,3	7,0	8,9	11,7	12,6	12,2
Nordeste	9,6	9,5	8,6	10,1	13,7	14,8	14,6
Maranhão	7,9	8,1	7,6	8,8	11,9	13,5	14,6
Piauí	6,0	7,4	6,0	8,2	9,9	12,2	12,8
Ceará	7,8	7,7	7,1	8,8	11,9	12,4	11,6
Rio Grande do Norte	10,8	10,8	11,2	11,6	13,5	14,6	12,9
Paraíba	9,6	9,2	8,1	9,6	11,1	10,2	10,5
Pernambuco	9,3	8,8	8,2	10,3	15,1	17,0	16,2
Alagoas	11,4	10,3	9,8	11,5	14,5	17,4	16,6
Sergipe	10,3	10,2	8,9	9,2	12,1	14,4	16,5
Bahia	11,4	11,5	9,8	11,3	16,2	16,6	16,6

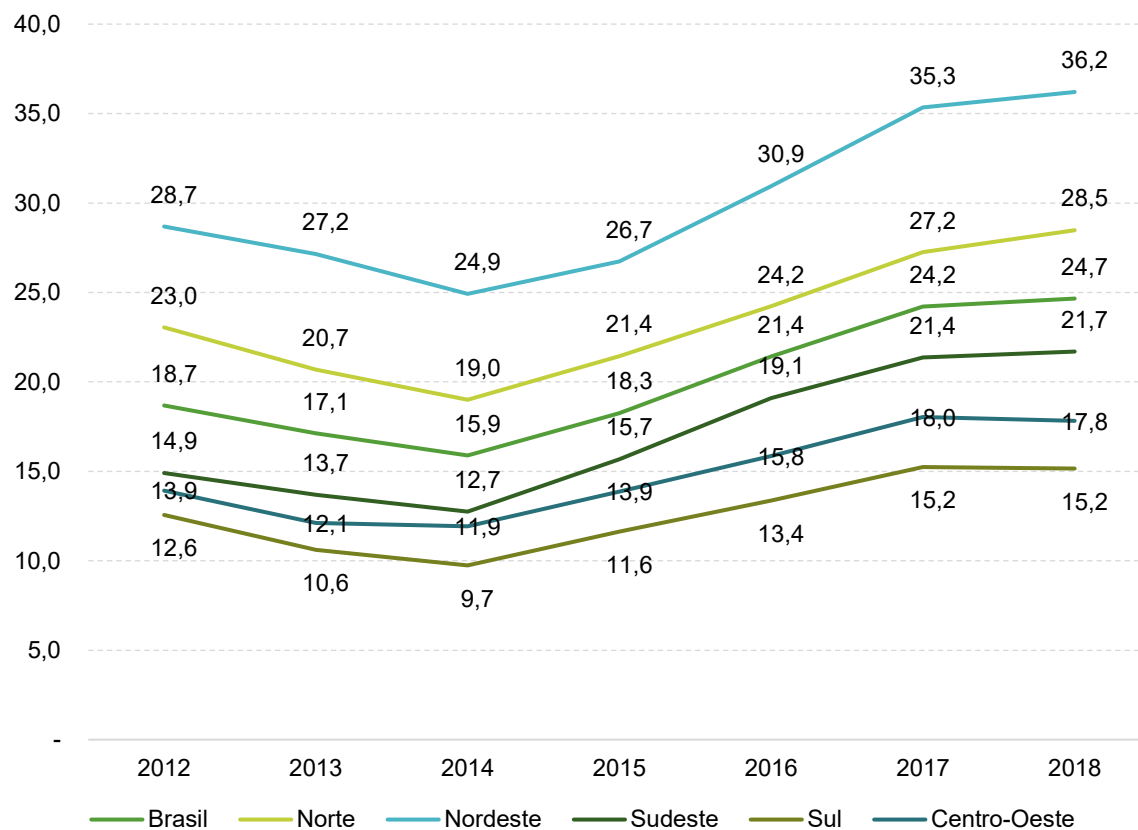
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados constantes em IBGE (2019).

O IBGE define a taxa composta de subutilização da força de trabalho como a “percentagem das pessoas subocupadas por insuficiência de horas somada às pessoas desocupadas e à força de trabalho potencial, em relação à força de trabalho ampliada” (IBGE, 2021, p. 203). Assim a taxa de subutilização é um conceito mais amplo de taxa de desemprego. Seguindo o crescimento da atividade econômica, a taxa de subutilização da força de trabalho do Brasil apresentou queda entre 2012 e 2014, passando de 18,7% para 15,9%, respectivamente (Gráfico 3).

A partir de então, aumentou significativamente, em 2015 subiu para 18,3% e em 2018 atingiu 24,7%, o pico da série histórica. Portanto, entre 2014 e 2018 a taxa de subutilização aumentou 8,8 p.p. fazendo com que, em 2018, um a cada quatro trabalhadores do país estivesse subutilizado. Entre 2014 e 2018, o número de pessoas desocupadas passou de 6,8 para 12,6 milhões, o de subocupados por insuficiência de horas, de 5 para 6,9 milhões e da força de trabalho potencial de 4,5 para 8,3 milhões de pessoas, respectivamente. No total, o número de pessoas subutilizadas passou de 16,3 milhões em 2014 para 27,8 milhões em 2018 (IBGE, 2020), demonstrando uma impressionante degradação e precarização do mercado de trabalho do país em um curto espaço de tempo de apenas quatro anos.

De um lado, a região Sul apresentou a menor taxa de subutilização, seguida pela Centro-Oeste e Sudeste, sendo que estas três regiões tiveram taxas menores que a média do país no período 2012-2018. Por outro lado, as regiões Norte e Nordeste apresentam taxas bem superiores à média do país, demonstrando a existência de um desemprego e subemprego estrutural, sendo a maior taxa encontrada na região Nordeste. Destaca-se que a taxa de subutilização da região Nordeste foi mais do que o dobro da verificada na região Sul.

Gráfico 3 - Taxa composta de subutilização da força de trabalho, 2012-2018 (em %)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados constantes em IBGE (2019).

Na região Nordeste a taxa de subutilização que havia diminuído de 28,7% em 2012 para 24,9% em 2014, passa a aumentar expressivamente a partir de 2015, atingindo 36,2% em 2018, portanto, na região Nordeste, houve um aumento de 11,3 p.p. na taxa de subutilização entre 2014 e 2018, fazendo com que cerca de um a cada três membros da força de trabalho estivesse sendo subutilizado entre 2016 e 2018. Apesar de a região Nordeste apresentar a maior taxa de subutilização entre as regiões do país, proporcionalmente, a taxa de subutilização da força de trabalho foi menos afetada na região Nordeste durante a fase de estagnação econômica do que a do Brasil, pois no período 2012-2014 a taxa de subutilização da região Nordeste foi em média 56,2% superior a média do país, e no período 2015-2018, 45,9% maior.

Constatou-se muita discrepância das taxas de subutilização entre estados da região Nordeste durante a série histórica. Dentre os estados da região e para 2012-2018, Ceará e Pernambuco tiveram taxas de subutilização menores que a média da região e Bahia e Piauí, taxas maiores. Em 2018, os estados do Piauí, Bahia e Maranhão apresentaram as taxas absurdas de 41%, 39,6% e 39%, respectivamente,

da força de trabalho subutilizada, conforme Tabela 2, demonstrando que em média quatro a cada dez trabalhadores estavam subutilizados.

Tabela 2 - Taxa composta de subutilização da força de trabalho, 2012-2018 (em %)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Brasil	18,7	17,1	15,9	18,3	21,4	24,2	24,7
Nordeste	28,7	27,2	24,9	26,7	30,9	35,3	36,2
Maranhão	24,3	23,7	22,7	24,9	31,2	36,4	39,0
Piauí	31,9	33,7	33,0	32,7	34,3	40,2	41,0
Ceará	27,4	24,5	23,5	24,2	28,5	31,0	30,6
Rio Grande do Norte	28,6	27,7	27,1	27,7	30,1	35,7	36,3
Paraíba	31,6	34,7	28,2	29,4	32,1	31,5	33,9
Pernambuco	24,0	20,6	17,9	20,4	26,2	32,5	32,7
Alagoas	25,0	24,2	22,7	26,4	32,0	35,5	36,9
Sergipe	30,4	29,6	27,4	27,3	29,6	33,4	37,0
Bahia	32,6	30,2	27,4	30,1	34,1	39,1	39,6

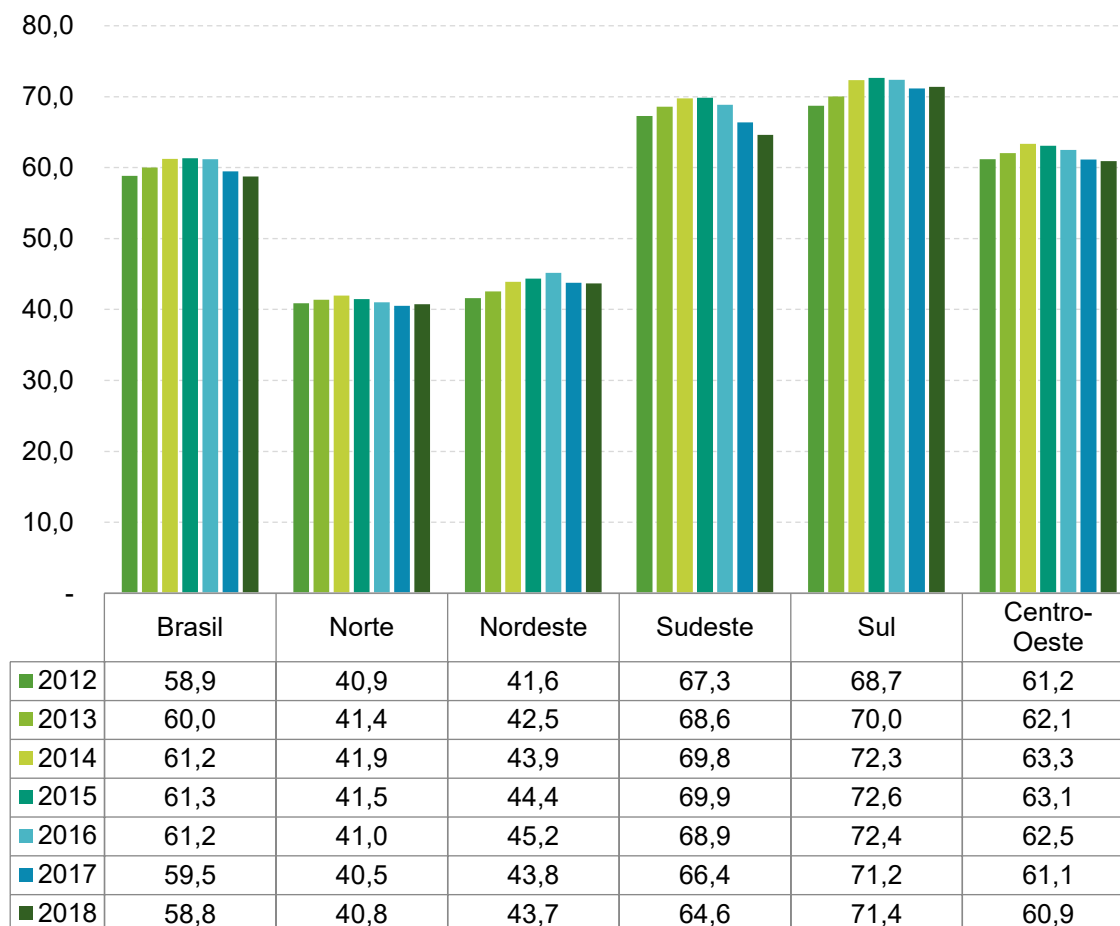
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados constantes em IBGE (2019).

O IBGE define trabalho formal como a “condição compreendida pelos empregados com carteira de trabalho assinada, trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada, funcionários públicos estatutários, militares, trabalhadores por conta própria, e empregadores que contribuem para a previdência social” IBGE (2021, p.204). A baixa taxa de formalização ou a elevada taxa de informalidade do trabalho é uma das características históricas do mercado de trabalho brasileiro. O trabalhador informal não tem proteção social, como o salário mínimo, não contribui para a previdência social e não tem direito às licenças do trabalho.

Houve uma tendência de aumento da taxa de formalização do trabalho para o Brasil entre 2012 e 2014, que passou de 58,9% para 61,2%, respectivamente. A taxa se estabilizou em 2015 e 2016 em 61,2% e em 2018 diminuiu para 58,8%, de acordo com o Gráfico 4. Assim, entre 2012 e 2014 aumentou a taxa de formalização do país, e, entre 2014 e 2018, houve um retrocesso na formalização, com uma redução de 2,4 p.p., e, conseqüentemente, um aumento da informalidade devido ao crescimento da participação dos trabalhadores sem carteira assinada, de 18,4% em 2014 para 20,1% em 2018, e dos trabalhadores por conta própria, de 23,2% em 2014 para 25,4% em 2018, em relação ao total do pessoal ocupado. No período 2015-2018, houve queda

na participação da ocupação da indústria e da agropecuária, e aumento na participação do setor serviços, que, tradicionalmente, tem uma taxa de informalidade maior e jornadas de trabalho mais flexíveis (IBGE, 2020).

Gráfico 4 - Taxa de formalização, 2012-2018 (em %)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados constantes em IBGE (2019).

No mercado de trabalho brasileiro, há uma prevalência de pessoas de cor ou raça preta ou parda em trabalhos informais comparativamente aos brancos e os trabalhadores de cor ou raça preta e parda têm grande participação entre os que não têm carteira assinada, demonstrando a existência do racismo estrutural e da discriminação. Existe uma maior incidência da informalidade entre os que não têm grau de instrução ou o ensino fundamental completo em relação aos que têm curso superior (IBGE, 2020).

Para a série histórica, 2012-2018, de um lado, as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste são pela ordem decrescente as que apresentam as maiores taxas de formalização, todas acima da média nacional. Por outro lado, a região Norte teve a

menor taxa de formalização, seguida pela região Nordeste. Proporcionalmente, a região Nordeste foi menos impactada pelo crescimento da informalidade no período da estagnação econômica, porque no período 2012-2014 a taxa de formalização da região Nordeste era em média 28,9% menor que a média nacional e no período 2015-2018 essa participação passou a ser 26,5% menor, portanto, diminuiu um pouco o hiato entre as região Nordeste e o país em relação à taxa de formalização da força de trabalho, embora a região Nordeste apresente uma baixíssima taxa de formalização.

A exemplo da tendência verificada no Brasil, a região Nordeste teve também um aumento da taxa de formalização entre 2012 (41,6%) e 2014 (43,9%). Mesmo no período de crise econômica, a taxa continuou aumentando, passando para 45,2% em 2016, demonstrando que o trabalho informal foi mais afetado, proporcionalmente, que o formal. Já no período de recuperação da atividade econômica a taxa diminuiu, alcançando 43,7% em 2018, portanto, entre 2014 e 2018, houve uma queda de 0,2 p.p. na taxa de formalização da região Nordeste (Tabela 3). Os estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas e Sergipe apresentaram, para a série histórica, taxas de formalização maiores que a média da região. Entretanto, os estados do Maranhão e Piauí apresentaram as menores taxas de formalização da região. Já os estados do Ceará, Paraíba e Bahia tiveram taxas muito próximas da média regional.

Tabela 3 - Taxa de formalização, 2012-2018 (em %)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Brasil	58,9	60,0	61,2	61,3	61,2	59,5	58,8
Nordeste	41,6	42,5	43,9	44,4	45,2	43,8	43,7
Maranhão	33,1	33,0	32,5	31,4	32,6	33,7	35,0
Piauí	35,3	37,1	35,3	35,7	37,8	36,6	37,6
Ceará	40,7	41,2	42,9	44,2	45,1	43,8	42,8
Rio Grande do Norte	48,7	48,4	51,4	53,7	53,3	48,6	48,4
Paraíba	39,8	39,0	43,0	43,3	44,7	44,0	43,1
Pernambuco	47,6	48,3	50,8	50,6	51,6	48,1	48,4
Alagoas	52,4	49,2	51,2	50,6	52,2	50,4	51,4
Sergipe	44,3	47,2	49,1	49,9	51,2	46,8	47,0
Bahia	40,1	42,9	43,6	44,4	44,3	44,1	43,1

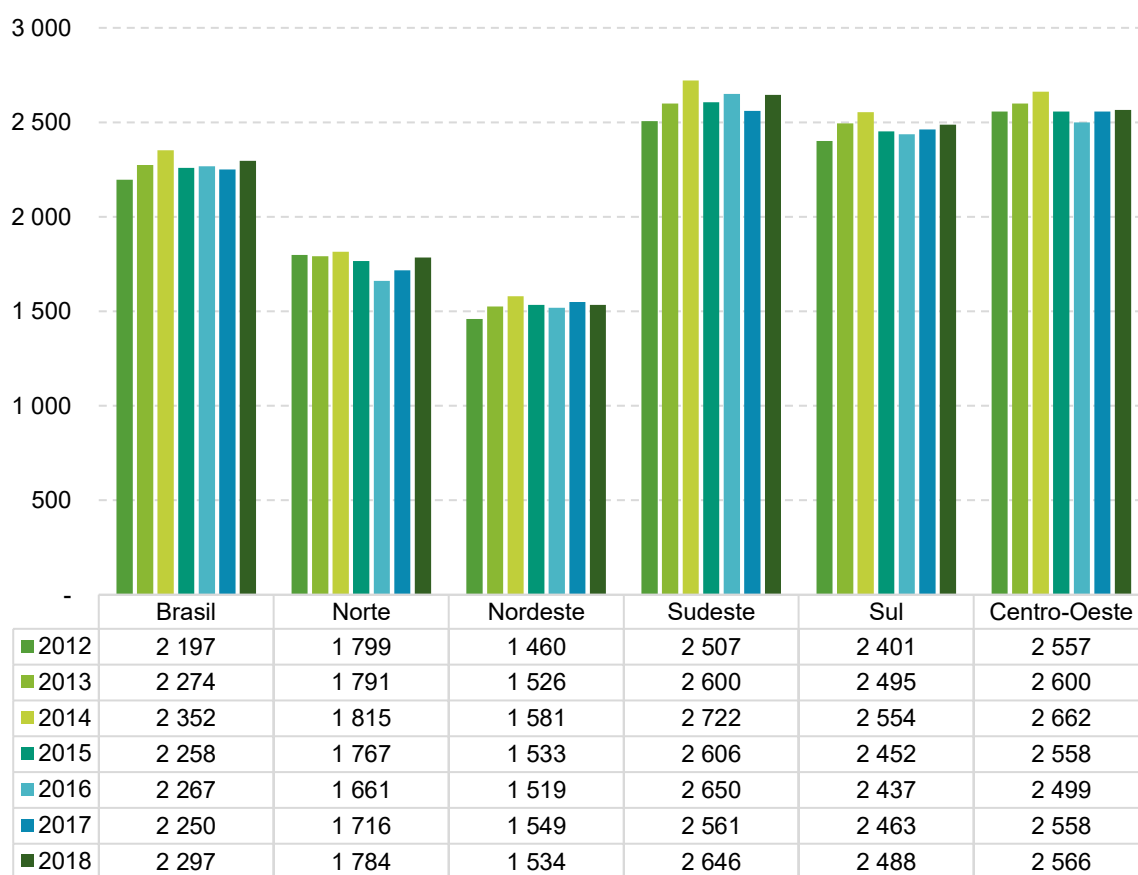
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados constantes em IBGE (2019).

O rendimento médio real do trabalho principal habitualmente recebido no Brasil passou de R\$ 2.197 em 2012 para R\$ 2.352 em 2014, portanto aumentou 7,1% (Gráfico 5). Em 2015, como consequência da crise econômica diminuiu para R\$ 2.258 e nos anos seguintes passou a ter um comportamento oscilante. Comparando o

rendimento de 2018 (R\$ 2.297) com o de 2014 (R\$ 2.352), constata-se uma redução de 2,3%.

O indicador razão entre os rendimentos médios dos trabalhadores com os 10% maiores rendimentos e dos 40% menores rendimentos (razão 10/40) mostra a distribuição dos rendimentos do trabalho, focando nos extremos da distribuição. Em 2012, havia uma grande concentração dos rendimentos, pois os rendimentos reais dos 10% com maiores rendimentos eram, em média, 12,9 vezes maior que os que recebiam os 40% menores rendimentos.

Gráfico 5 - Rendimento médio real do trabalho principal habitualmente recebido, 2012-2018 (R\$/mês)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados constantes em IBGE (2019).

Em 2014 essa razão passou para 12,5, indicando uma menor dispersão e que os rendimentos da base cresceram mais rápido que os que estão no topo da distribuição. Entre 2015 e 2018, a razão 10/40 passou de 12,0 para 13,0 vezes, respectivamente, mostrando que em 2015 o rendimento do topo caiu em um ritmo maior que o da base e de 2016 a 2018 o rendimento da base continuou caindo,

enquanto o do topo aumentou, representando um aumento na desigualdade social (IBGE, 2020).

Para a série histórica, a região Sudeste é a que melhor remunera o trabalho, à exceção do ano de 2012, seguida pela região Centro-Oeste e depois pela Sul, sendo que as três regiões remuneram acima da média do país. Frisa-se que o resultado da região Centro-Oeste é muito afetado pela remuneração no Distrito Federal que, por concentrar a elite do funcionalismo público federal, é a que apresenta a maior remuneração média do país. Já as regiões Norte e Nordeste são as que apresentam os menores rendimentos, sendo a Nordeste a que teve os menores valores.

O rendimento médio da região Nordeste aumentou 8,3% entre 2012 (R\$ 1.460) e 2014 (R\$ 1.581), portanto, mais do que a média do país. Com a crise econômica diminuiu, alcançando R\$ 1.534 em 2018, com queda de 2,9% em relação a 2014, segundo a Tabela 4. O rendimento da região Nordeste que correspondia a 66,4% do rendimento do país em 2012, aumentou para 67,9% em 2015 e depois declina atingindo 66,8% em 2018, praticamente a mesma participação que tinha em 2012, portanto, a melhora relativa que houve no período 2012-2015 retrocedeu no período de seguinte (2016-2018) e pode-se afirmar, então, que não houve melhora significativa no rendimento da região em comparação com o do país.

Os estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco e Sergipe apresentaram remunerações acima da média da região. Por outro lado, os estados do Maranhão e Piauí são os que tiveram as menores remunerações da região e os estados do Ceará, Paraíba, Alagoas e Bahia apresentaram rendimentos próximos da média da região. Ocorreram grandes variações entre os rendimentos por estados da região Nordeste.

Entre 2014 e 2018, seis estados (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas) apresentaram elevação no rendimento médio, e três (Pernambuco, Sergipe e Bahia), queda. A maior elevação do rendimento ocorreu no estado do Maranhão com 12,1% e a menor em Pernambuco com queda de 20,2%. No período da série histórica, a menor remuneração foi encontrada no estado do Maranhão e a maior, em Pernambuco (2012-2017) e Sergipe (2018). O rendimento do estado que pior remunera, Maranhão, representou apenas 65,4% da renda do estado com maior remuneração em 2012, percentual que diminuiu para 58,1% em 2014 e depois aumentou atingindo 76,8% em 2018, significando uma redução do hiato entre os extremos da remuneração regional no período de crise e de estagnação econômica.

Tabela 4 - Rendimento médio real do trabalho principal habitualmente recebido (R\$/mês)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Brasil	2 197	2 274	2 352	2 258	2 267	2 250	2 297
Nordeste	1 460	1 526	1 581	1 533	1 519	1 549	1 534
Maranhão	1 164	1 238	1 181	1 203	1 254	1 274	1 324
Piauí	1 188	1 390	1 320	1 377	1 399	1 349	1 410
Ceará	1 496	1 510	1 491	1 532	1 499	1 575	1 517
Rio Grande do Norte	1 501	1 556	1 627	1 686	1 679	1 581	1 710
Paraíba	1 334	1 344	1 514	1 557	1 484	1 632	1 572
Pernambuco	1 780	1 913	2 032	1 845	1 789	1 651	1 621
Alagoas	1 409	1 420	1 545	1 474	1 479	1 428	1 599
Sergipe	1 632	1 693	1 783	1 687	1 773	1 646	1 725
Bahia	1 438	1 491	1 562	1 465	1 447	1 602	1 509

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados constantes em IBGE (2019).

Verificou-se para os estados da região Nordeste uma associação entre grau de formalidade do trabalho e rendimentos. Em geral, os estados com maior grau de formalização do trabalho apresentam rendimentos maiores, como por exemplo Rio Grande do Norte, Pernambuco e Sergipe. Por outro lado, estados com taxas maiores de informalidade do trabalho tiveram rendimentos menores, como por exemplo Maranhão e Piauí.

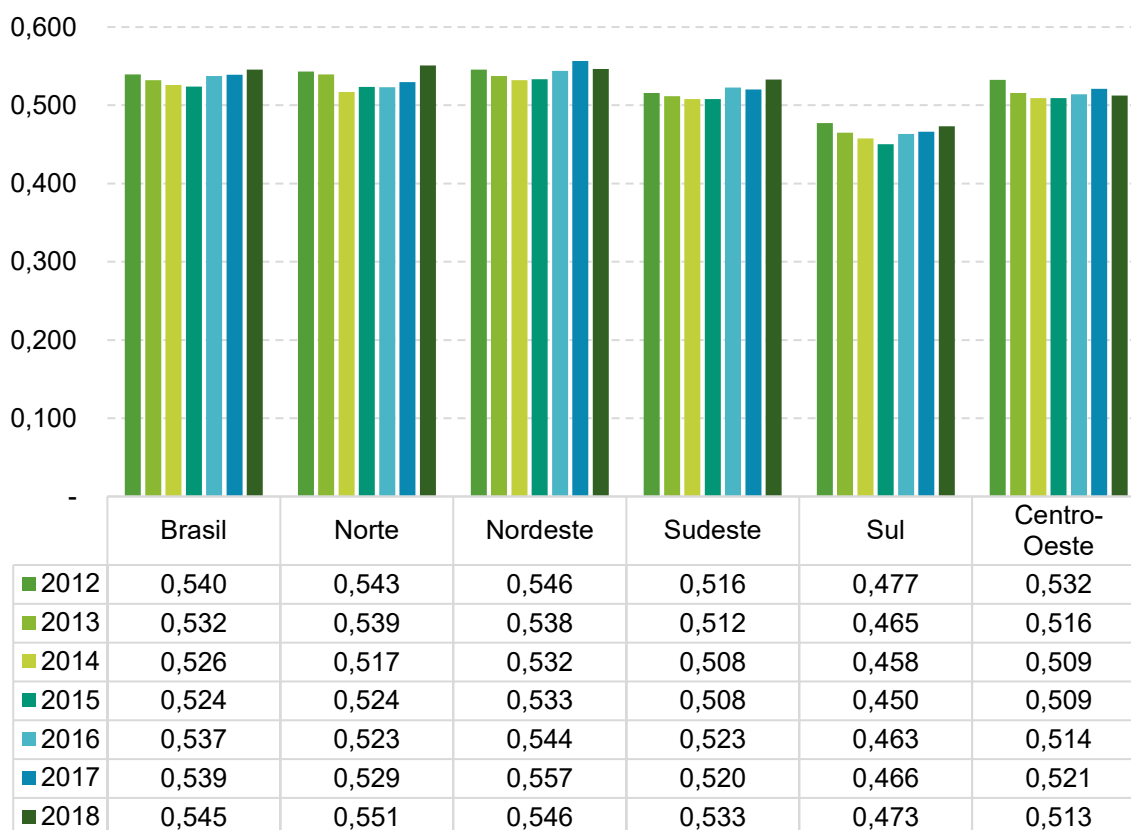
O Gráfico 6 traz a evolução do índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar do Brasil para o período 2012-2018, que soma além do rendimento do trabalho, as aposentadorias e pensões e o rendimento de outras fontes, que inclui também as transferências de renda dos programas sociais e rendimentos de aluguéis e aplicações financeiras. A maior parte do rendimento domiciliar é oriunda do rendimento do trabalho, que apresentou tendência de participação ascendente entre 2012 (73,9%) e 2014 (75,2%) e declinante entre 2014 e 2018 (72,4%).

Colombo e Ferreira (2019) constataram para o Brasil um aumento da participação relativa das transferências de benefícios sociais pagos pelo governo no total da renda domiciliar per capita entre 2004 e 2015, devido ao aumento de 110,6% no número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, que passou de 6,6 milhões em 2004 para 13,9 milhões em 2015, e dos número de pessoas que

receberam o Benefício por Prestação Continuada, que aumentou em 143,3% no mesmo período.

Conforme o Gráfico 6, o índice de Gini do Brasil diminuiu entre 2012 e 2015, passando de 0,540 para 0,524. A partir de 2015, com a crise econômica, o índice aumentou, atingindo 0,545 em 2018. Portanto, houve uma melhora na distribuição pessoal da renda no período 2012-2015 e uma piora no período 2016-2018. Caso a renda familiar per capita não incluísse os benefícios dos programas sociais, o índice de Gini apresentaria valores maiores, sendo em 2012, 2015 e 2018 de 0,555, 0,540 e 0,562, respectivamente (IBGE, 2021).

Gráfico 6 - Índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar per capita, 2012-2018



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados constantes em IBGE (2019).

Considerando a renda familiar domiciliar per capita que inclui os benefícios dos programas sociais, as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentaram uma distribuição de renda melhor que a média do país, pois tiveram índices de Gini inferiores à da média nacional, sendo que a região Sul teve a melhor distribuição de renda do país, a única com índice abaixo de 0,5. A região Norte apresentou índices acima da média do país apenas em três anos (2012, 2013 e 2018). Já a região

Nordeste teve, para toda série histórica, índices de Gini acima da média do país, apresentando a pior distribuição de renda entre as regiões.

O índice de Gini da região Nordeste decresceu entre 2012 (0,546) e 2014 (0,532) e depois aumentou, chegando a 0,546 em 2018, mesmo patamar de 2012, ano de início da série histórica. Portanto, a concentração de renda da região diminuiu entre 2012 e 2014 e cresceu no período da crise e da estagnação econômica. Cabe ressaltar que os benefícios dos programas sociais têm uma importância maior no Nordeste do que para o país como um todo. Entre 2004 e 2015 o número de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família passou de 3,2 milhões para 6,9 milhões (+108%), respectivamente, e o número de pessoas com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) aumentou 104,8%, beneficiando, principalmente, as famílias pobres e extremamente pobres, contribuindo significativamente para a redução da desigualdade na região Nordeste no período (COLOMBO e FERREIRA, 2019).

Caso os benefícios sociais, como o Bolsa Família e o BPC, fossem excluídos da renda domiciliar per capita, o índice de Gini da região Nordeste seria maior. Passaria, por exemplo, em 2012 de 0,546 para 0,582, portanto, seria 0,036 maior, e em 2015, passaria de 0,533 para 0,570, conseqüentemente seria 0,037 maior (IBGE, 2021). Portanto, os benefícios sociais, ao transferirem renda para as famílias mais pobres, reduzem as desigualdades sociais e melhoram a distribuição de renda. Para a maior parte da série histórica, os estados de Pernambuco e Sergipe são os que tiveram índices de Gini superiores à média da região Nordeste, apresentando uma pior distribuição de renda. Por outro lado, em geral, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas apresentaram índices menores que da média da região e o estado do Ceará teve índices muito próximos da média da região.

Comparando-se o índice de Gini da região Nordeste de 2018 (0,546) em relação a 2012 (0,546) percebe-se que se manteve estável, mas quando se desagrega o índice, nota-se que todos estados tiveram um aumento na concentração de renda, com aumento do índice, exceto Pernambuco e Bahia, portanto, embora para região Nordeste o índice apresentasse estabilidade, dos nove estados da região, sete tiveram piora na concentração de renda e apenas dois, uma melhora. Já quando se compara os dados de 2018 com 2014, constata-se que todos tiveram crescimento na desigualdade, exceto Pernambuco, conforme Tabela 5.

Tabela 5 – índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar *per capita*, 2012-2018

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Brasil	0,540	0,532	0,526	0,524	0,537	0,539	0,545
Nordeste	0,546	0,538	0,532	0,534	0,534	0,537	0,545
Maranhão	0,498	0,494	0,475	0,479	0,497	0,496	0,494
Raul	0,495	0,435	0,416	0,419	0,438	0,439	0,494
Ceará	0,545	0,537	0,522	0,524	0,533	0,537	0,545
Rio Grande do Norte	0,508	0,505	0,51	0,51	0,503	0,503	0,505
Paraíba	0,517	0,513	0,524	0,521	0,517	0,518	0,515
Pernambuco	0,573	0,566	0,566	0,567	0,567	0,561	0,575
Alagoas	0,503	0,510	0,527	0,52	0,513	0,515	0,505
Sergipe	0,569	0,572	0,543	0,546	0,577	0,571	0,565
Bahia	0,563	0,535	0,528	0,526	0,539	0,530	0,565

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados constantes em IBGE (2019).

5. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo demonstrou que no período 2012-2014, quando a economia brasileira cresceu, houve uma melhora no mercado de trabalho, com queda nas taxas de desemprego, de subutilização da força de trabalho, de informalidade e da concentração pessoal da renda e aumento nos rendimentos médios reais, tendência seguida também pela região Nordeste. Contudo, no período 2015-2018, houve para o país e para a região Nordeste um retrocesso do mercado de trabalho, com aumento expressivo das taxas de desemprego e de subutilização do trabalho, acompanhadas por redução nos rendimentos médios, aumento da informalidade e da concentração da renda. Assim em 2018 comparando com 2014, constata-se, tanto para o Nordeste como para o Brasil, uma degradação do mercado de trabalho, com uma taxa de desemprego e de subutilização muito maior, uma taxa de informalidade mais elevada e um rendimento menor.

O Brasil apresenta grandes desigualdades regionais. Entre as cinco regiões do país e no período da série histórica 2012-2018, a região Nordeste foi a que apresentou a maior taxa de desocupação e de subutilização da força de trabalho, o menor rendimento do trabalho, a segunda maior taxa de informalidade, e, em geral, na maior parte do período, a pior distribuição de renda. Sendo que as taxas de desocupação, de subutilização da força de trabalho e de informalidade são muito superiores e os rendimentos bem inferiores que a média do país. Verificou-se a existência de grandes

disparidades entre os estados da região Nordeste em relação aos rendimentos e as taxas de desocupação e de subutilização da força de trabalho.

Constatou-se para os estados da região Nordeste uma relação direta entre o grau de formalização do trabalho e rendimentos. De um lado, estados com maior grau de formalização do trabalho apresentaram rendimentos mais elevados. Por outro lado, estados com menor grau de formalização do trabalho tiveram rendimentos menores.

Atualmente, o Brasil ainda apresenta enormes desigualdades regionais e intrarregionais. Por qualquer métrica que se analise, como rendimento, renda per capita, informalidade do trabalho, pobreza, população vulnerável, mortalidade infantil, analfabetismo, nível de instrução, acesso à cultura, acesso à água tratada e saneamento básico, entre outros, a região Nordeste apresenta indicadores bem piores que a média do Brasil e das regiões Sul e Sudeste. Assim faz-se necessário resgatar a dívida histórica do país para com a região Nordeste. Para tanto, é urgente uma nova Política de Desenvolvimento Regional, que articule investimentos em infraestrutura e logística, aumente o acesso da população a serviços públicos de qualidade, aumente e diversifique a capacidade produtiva em atividades de maior conteúdo tecnológico, aliadas à melhoria da formação técnica-científica da população. Portanto, o novo ciclo de desenvolvimento da região deve conciliar o crescimento econômico com a inclusão da população no mercado formal de trabalho, melhorando a distribuição de renda e a qualidade de vida, juntamente com a preservação do meio ambiente.

Entende-se que o trabalho contribuiu para compreender a evolução do mercado de trabalho da região Nordeste no período 2012-2018 de uma maneira ampla. Entretanto, são necessários estudos futuros específicos relacionando a Economia Regional com a Economia do Trabalho, detalhando a evolução das desigualdades da força de trabalho por gênero, cor, raça, faixa etária e escolaridade, tanto no âmbito regional e como por estados da região. O conhecimento sobre a dinâmica da desocupação, da subutilização do trabalho, da informalidade e dos rendimentos é essencial para que sejam formuladas políticas públicas voltadas para segmentos específicos da força de trabalho, visando reduzir as enormes disparidades existentes no mercado de trabalho do país e da região Nordeste.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, J. E. P. *et. al.* Apresentação. *In: GUIMARÃES, P. F. et. al. (org.). Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste.* Rio de Janeiro: BNDES, 2014.

ARAUJO, T. B. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. *In: GUIMARÃES, P. F. et. al. (org.). Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste.* Rio de Janeiro: BNDES, 2014.

BRUNO, M. Os governos Dilma Rousseff: da “nova matriz macroeconômica” ao golpe de 2016. *In: ARAUJO, V. L., MATTOS, F. A. M. (org.). A economia brasileira de Getúlio a Dilma – novas interpretações.* São Paulo: Hucitec, 2021. p. 517-35.

CAMPOS, R. Q.; LEAL, R. M.; RAMOS, R. Atuação da área de infraestrutura social do BNDES na região Nordeste do Brasil. *In: GUIMARÃES, P. F. et. al. (org.). Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste.* Rio de Janeiro: BNDES, 2014.

CANO, W. **Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970-2005.** São Paulo: Editora UNESP, 2008.

CARVALHO, L. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico.** São Paulo: Todavia, 2018.

CASTRO, S. D. Política regional e desenvolvimento: caminhos para o Brasil e para o Nordeste. *In: GUIMARÃES, P. F. et. al. (org.). Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste.* Rio de Janeiro: BNDES, 2014.

COLOMBO, N. S.; FERREIRA, C. R. Estrutura e desigualdade da renda na região Nordeste, de 2004 a 2015. **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho**, Natal, v. 8, n. 2, p. 87-111, 2019.

COUTINHO, L. Prefácio. *In: GUIMARÃES, P. F. et. al. (org.). Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste.* Rio de Janeiro: BNDES, 2014.

FALCÓN, M. L. O. Estado e planejamento regional: perspectivas e entraves ao desenvolvimento do Nordeste. *In: GUIMARÃES, P. F. et. al. (org.). Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste.* Rio de Janeiro: BNDES, 2014.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** 18. ed. São Paulo: Nacional, 1982.

GUIMARÃES NETO, L. Mercado de trabalho no Nordeste - 2000-2010: avanços e desafios. *In: GUIMARÃES, P. F. et. al. (org.). Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste.* Rio de Janeiro: BNDES, 2014.

IBGE. **Glossário e referências.** Rio de Janeiro: IBGE, 2015. (Nota Metodológica, 05). Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Sistema_de_Contas_Nacionais/Notas_Metodologicas_2010/05_glossario_referencias.pdf. Acesso em: 14 fev. 2022.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**. Tabelas 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=25875&t=resultados>. Acesso em: 14 fev. 2022.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2021a. (Estudo e Pesquisa. Informação Demográfica e Socioeconômica, 44). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=2101892>. Acesso em: 15 dez. 2021.

IBGE. **SCN - Sistema de contas nacionais**. Tabelas. Rio de Janeiro: IBGE, 2021b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?=&t=resultados>. Acesso em: 1 ago. 2021.

IBGE. **Sistema de contas regionais. Brasil 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101765_informativo.pdf. Acesso em: 13 jun. 2022.

IBGE. **Sistema de contas regionais. Brasil 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101873_informativo.pdf. Acesso em: 13 jun. 2022.

MELO, R. O. L. Uma janela de oportunidade para o Nordeste. In: GUIMARÃES, P. F. *et. al.* (org.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento**: Nordeste. Rio de Janeiro: BNDES, 2014.

MONASTERIO, L.; CAVALCANTE, L. R. Fundamentos do pensamento econômico regional. In: CRUZ, B. O. *et. al.* (org.). **Economia regional e urbana**: teorias e métodos com ênfase no Brasil. Brasília: IPEA, 2011.

MONTEIRO NETO, A. Desigualdades regionais no Brasil: notas sobre o padrão de intervenção do Estado nos anos 2000-2010. In: GUIMARÃES, P. F. *et. al.* (org.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento**: Nordeste. Rio de Janeiro: BNDES, 2014.

OLIVEIRA, F. As contradições do ão: globalização, nação, região, metropolização. In: DINIZ, C. C.; CROCCO, M. (org.). **Economia regional e urbana**: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

OREIRO, J. L.; DE PAULA, L. F. **Macroeconomia da estagnação brasileira**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2021.

PEREIRA, W. E. N. *Reestruturação econômica no Nordeste brasileiro*. **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho**. Natal, v. 4, n. 1, p. 59-75, 2015.

SIFFERT FILHO, N. F. *et. al.* O BNDES e a questão energética e logística da Região Nordeste: os desafios da integração regional. In: GUIMARÃES, P. F. *et. al.* (org.).

Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste. Rio de Janeiro: BNDES, 2014.

SILVA, M. G. da.; PEREIRA, W. E. N. A questão regional e as relações de trabalho no Nordeste brasileiro. **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho**. Natal, v. 2, n. 1, p. 7-18, 2013.

WANDERLEY, L. A. **Integração inter-regional da indústria e emprego no Nordeste**. 1994. Tese (Doutorado em Economia de Empresas) - EAESP-FGV, São Paulo, 1994.

Recebido em: agosto de 2022

Aceito em: dezembro de 2022